



A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DO “COMPLEXO DE ISRAEL”: MÚLTIPLAS NARRATIVAS DA VIOLÊNCIA EM PERSPECTIVA

João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro ¹

Pedro Felipe da Silva Magalhães Pinto Nepomuceno de Abreu ²

RESUMO

O objetivo da comunicação é apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa sobre a construção narrativa do chamado “Complexo de Israel”, um território do subúrbio carioca dominado pelo tráfico. Trata-se de uma área com delimitações não estanques, mas que abarca o conjunto habitacional Cidade Alta, espalhando-se por bairros como Vigário Geral, Parada de Lucas, Cordovil e Brás de Pina. A imposição da nova designação e da bandeira do Estado judaico – sob influência do movimento neopentecostal – como marcadores territoriais desponta em 2020 com a emergência do traficante Álvaro Malaquias Santa Rosa – o Peixão –, membro do Terceiro Comando Puro (TCP), à liderança local. À construção de um novo conteúdo simbólico pela facção de narcotráfico no comando, segue-se uma ampla cobertura midiática que legitima a nova denominação, utilizando-a amplamente em suas narrativas sobre aquele espaço. Trata-se de compreender que os meios de comunicação possuem um papel fundamental para a formatação de imaginários coletivos e individuais; e que a mídia deve ser entendida enquanto prática cartográfica, ou seja, pela sua capacidade de forjar geografias por meio do que ela veicula (Gasher, 2015). Observa-se assim que a adoção do nome “Complexo de Israel” tem o potencial de promover uma homogeneização de um espaço socialmente diverso. É nesse sentido que a pesquisa busca compreender as origens da construção deste nome e sua presença na narrativa midiática. Além disso, pretende-se analisar a adesão do nome pela população local, considerando que as imposições e constrangimentos de um grupo armado podem refletir nas práticas cotidianas dos moradores.

Palavras-chave: Mídia; Narcotráfico; Complexo de Israel; Terceiro Comando Puro (TCP).

ABSTRACT

The objective of this communication is to present the initial results of a research project on the narrative construction of the so-called “Complexo de Israel”, a territory in the suburbs of Rio de Janeiro dominated by drug trafficking. This is an area with fluid boundaries, but it includes the Cidade Alta housing complex and extends into neighborhoods such as Vigário Geral, Parada de Lucas, Cordovil, and Brás de Pina. The imposition of the new name and of the flag of the Jewish state – as territorial markers influenced by the Neo-Pentecostal movement – emerged in 2020 with the rise of trafficker Álvaro Malaquias Santa Rosa, known as “Peixão”, a member of the criminal faction Terceiro Comando Puro (TCP), to local leadership. The construction of this new symbolic content by the ruling drug trafficking faction was followed by extensive media coverage that legitimized the new name, widely using it in narratives about that territory. This highlights the idea that the media plays a fundamental role in shaping both collective and individual imaginaries; and that media should be understood as a cartographic practice – that is, for its capacity to forge geographies through the content it conveys (Gasher, 2015). Thus, the adoption of the name “Complexo de Israel” has the potential to promote a

¹ Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - RJ, joaocarlosmonteiro.uerj@gmail.com.

² Graduando do Cruso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - RJ, pedrofpabreu@gmail.com.



homogenization of a socially diverse space. In this sense, the research seeks to understand the origins of the construction of this name and its presence in media narratives. Additionally, it aims to analyze the local population's acceptance of the name, considering that the impositions and constraints of an armed group may influence residents' daily practices.

Keywords: Media; Drug Trafficking; Complexo de Israel; Terceiro Comando Puro (TCP).

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2016 e 2017 a facção de narcotraficantes conhecida como Terceiro Comando Puro (TCP) obteve êxito em conquistar a Cidade Alta – um complexo de favelas e conjuntos habitacionais localizado no bairro de Cordovil, na Zona Norte do Rio de Janeiro – do Comando Vermelho (CV). Antes de ser identificada como um conjunto de comunidades, no entanto, a Cidade Alta foi modelo habitacional dos projetos de remoção de favelas que marcaram as décadas de 1960 e 1970 na capital fluminense.

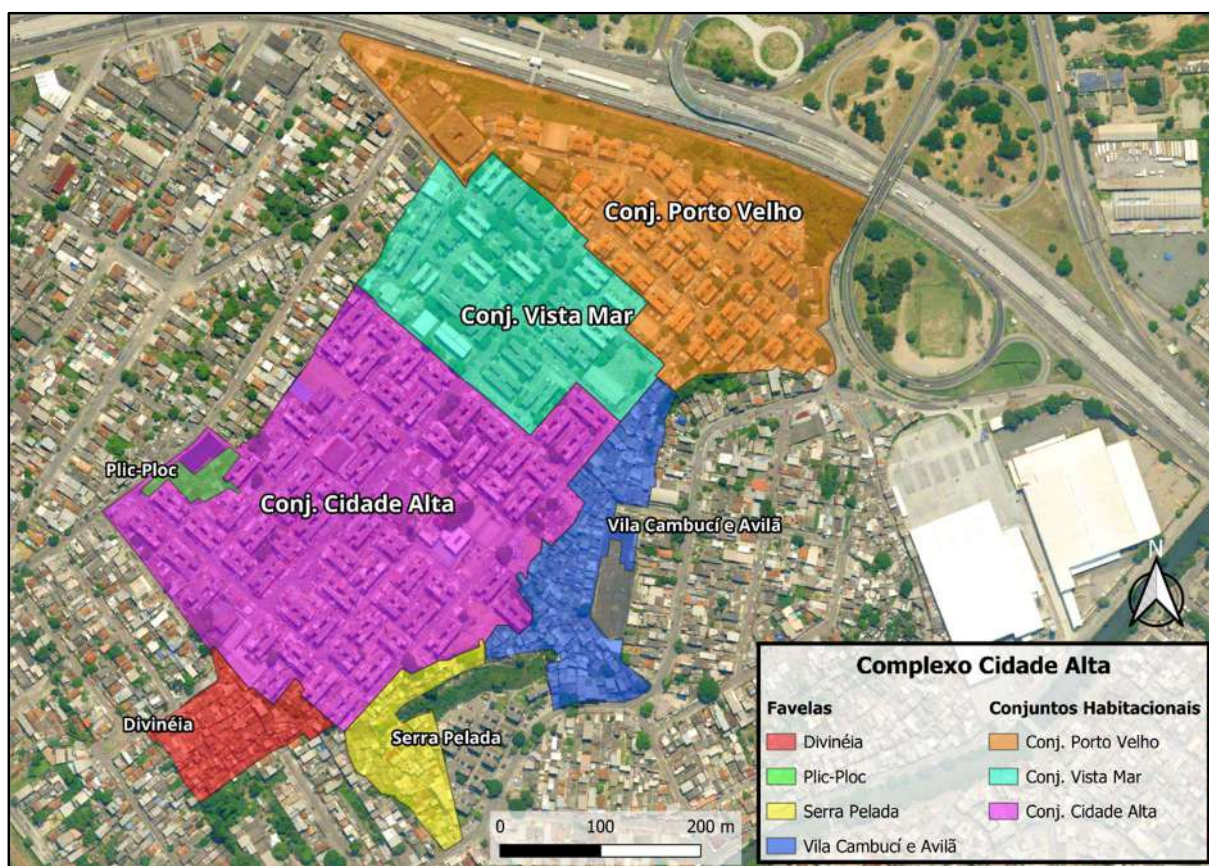
Fundada em 28 de março de 1969, é fruto de um plano de remodelação das áreas centrais da cidade, edificada para receber os moradores removidos da favela Praia do Pinto, localizada no bairro do Leblon, nas imediações da Lagoa Rodrigo de Freitas (BRUM, 2011). O que deveria ter sido um processo paulatino, de transferência de moradores da favela para o conjunto habitacional, executado pela Secretaria de Serviço Social do Estado da Guanabara – então Distrito Federal do país – foi, todavia, acelerado por um incêndio (de origens controversas) que destruiu completamente a Praia do Pinto, no dia 29 de maio de 1969 (BRUM, 2011).

Sem determinação sobre a criminalidade do ocorrido, postulado pelos representantes do Estado, à época, como “acidental”, o incêndio promoveu a expulsão sumária – sem possibilidade de resistência – dos moradores da Praia do Pinto (BRUM, 2011). É dentro deste contexto conturbado que a Cidade Alta começa a ser habitada por sua primeira geração de moradores, aqueles que foram diretamente removidos, ou que se mudaram de outras áreas da cidade para os recém-construídos prédios de Cordovil.

Para além do conjunto citado, outros dois compunham a localidade: o conjunto Porto Velho, construído pela Companhia Estadual de Habitação (CEHAB) e o conjunto Vista Mar, construído pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) – respectivamente conhecidos como Pé Sujo e Bancários (LIMA, 2019). De diferentes formas os novos moradores do local foram se apropriado do espaço, constituindo estratégias de ocupação que ao longo das décadas seguintes deram origem as favelas Serra Pelada, Avilã, Vila Cambuci e Divinéia, esboçando o que viria a ser compreendido como Complexo da Cidade Alta (Mapa 1).

Sob a nova gerência de Álvaro Malaquias Santa Rosa, o “Peixão”, a área é atravessada por significativas transformações simbólicas e materiais. Este novo líder passa imprimir no espaço códigos de uma gramática singular, em que elementos da religiosidade evangélica neopentecostal são usados como marcadores territoriais. Observa-se uma dinâmica de reconfiguração espacial na qual um território sem limites precisos tem suas fronteiras definidas a partir de uma coleção de signos que incorporam o uso de passagens bíblicas, bem como de personagens de desenhos animados, para demarcar as margens de um domínio de forma carismática. Trata-se daquilo que Raffestin (1993) denominou como um sistema sêmico, responsável por determinar o funcionamento interno de um território, bem como suas dimensões espaciais.

Mapa 1 – Complexo da Cidade Alta



Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000; Sistema de coordenadas UTM 23S; Fonte de dados: Prefeitura do Rio de Janeiro (Data.Rio); Imagem de satélite: Bing; Autor: Pedro Felipe de Abreu.

Os anos posteriores à tomada da Cidade Alta são marcados, ainda, por novas conquistas territoriais por parte do TCP, que expande seus domínios em Cordovil e avança para o bairro de Brás de Pina. Cinco favelas maiores constituem o território da facção no local estudado: Vigário Geral, Parada de Lucas (estas possuem os mesmos nomes dos bairros onde se inserem)



Cidade Alta, Pica-Pau (Cordovil) e Cinco Bocas (Brás de Pina), dentre outras comunidades menores e áreas não favelizadas (“asfalto”).

A atuação da facção ganha destaque no ano de 2020, quando o nome “Complexo de Israel” emerge no discurso público para designar os territórios anexados pelo TCP nos bairros de Vigário Geral, Parada de Lucas, Cordovil e Brás de Pina. Enquanto um mecanismo ideológico, o inventado “Complexo de Israel” de Peixão produz uma homogeneização das espacialidades anexadas pela facção, podendo não corresponder com a forma como os moradores das localidades conflagradas se apropriam do espaço.

Nesse sentido, o trabalho avalia como o uso do topônimo “Complexo de Israel” pela mídia operou na manutenção – ou mesmo exacerbação – de um discurso produzido por um líder local do TCP. Compreendendo o papel que o jornalismo desempenha na produção de imaginários sociais, inclusive, na representação cartográfica do espaço (Gasher, 2015), é realizado um levantamento midiático para elucidar o papel dos jornais no desenvolvimento da ideia de “Complexo de Israel”. Além disso, coube-nos buscar relatos de pessoas que vivem nas áreas que compõe o dito “complexo”, de modo que fosse possível confrontar as narrativas produzidas pela mídia com aquelas construídas por quem vivencia o fenômeno cotidianamente.

METODOLOGIA

Os resultados da pesquisa foram obtidos através de uma ampla seleção de jornais que tratassem especificamente sobre o tema “Complexo de Israel”, com destaque especial àqueles que apresentassem mapas próprios dos supostos limites do território. Este levantamento hemerográfico foi efetuado em duas etapas. Primeiramente, utilizou-se a ferramenta de busca avançada do Google para se construir uma linha cronológica do uso de “Complexo do Israel” pela mídia entre 1º de janeiro de 2020 a 9 de maio de 2025. Assim, matérias jornalísticas de diferentes periódicos foram levantadas, o que permitiu identificar os meios que tratavam do assunto com maior frequência, bem como as diferentes formas de emprego do topônimo. Em seguida, percebendo a predominância de textos produzidos pelos veículos do grupo Globo, decidiu-se, dentro do mesmo intervalo de tempo da etapa anterior, realizar um levantamento das matérias do acervo do jornal O Globo, que contivessem a expressão “Complexo de Israel”. No total, foram identificados 73 artigos publicados pelo periódico O GLOBO, destes, quatro apresentam mapas demarcando os limites do Complexo de Israel.

Por fim, este trabalho contou com a realização de entrevistas com nove moradores dos locais afetados pelo TCP, dois moradores de Cordovil, um da Cidade Alta, um de Parada de



Lucas, quatro de Brás de Pina e outro, ex-morador das Cinco Bocas, o que forneceu dados empíricos para compreender a forma como os sujeitos que vivem no contexto do fenômeno estudado se apropriam de seus espaços. Tendo em vista que a exposição das identidades dos entrevistados pode comprometer a sua segurança, nenhum dos interlocutores será identificado, serão indicadas apenas, informações relativas aos de onde vêm, bem como suas respectivas idades. Esta última parte da pesquisa permitiu a contraposição de visões sobre “Complexo de Israel”, entendido aqui enquanto um discurso ideológico produzido pela liderança do narcotráfico.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para concretizar a elaboração desta pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos e livros que abordassem temas como religião, violência, território e narcotráfico, buscando, sempre que possível, textos diretamente relacionados à Cidade Alta ou ao Complexo de Israel. O livro “Oração de Traficante” (2015) foi selecionado como principal referência para investigar a relação entre símbolos neopentecostais e integrantes das facções de narcotráfico do Rio de Janeiro. Particularmente, sobre a história da Cidade Alta, utilizou-se a tese de doutorado “Cidade Alta: história, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro” (2011) como principal referência da pesquisa. Para realizar a discussão sobre território e violência urbana, foram elencados alguns textos, em especial “Viver no Limite” (2018), “Por uma Geografia do Poder” (1993) e “Fobópole” (2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de matérias evidencia uma profusão de versões sobre os limites territoriais do objeto estudado. A origem do termo na mídia está ligada ao texto “Nação de Jesus” publicado pelo site Uol em 27 de maio de 2020, quando, pela primeira vez, trata-se sobre “Complexo de Israel”. Vale acrescentar que quando foi feita uma busca pelo topônimo em anos anteriores (2019, 2018 e 2017), nenhuma matéria de jornal a respeito do assunto foi identificada. Mais importante do que isso, não foi encontrada nenhuma mensagem em redes sociais como Instagram, X (antigo Twitter) e Facebook que mencionassem “Complexo” ou “Cpx de Israel”.

Esta última informação é particularmente importante, pois ressalta duas hipóteses preliminares: em primeiro lugar, pode-se considerar que o nome “Complexo de Israel” não estava plenamente difundido nem mesmo entre os moradores das áreas dominadas pelo TCP;



em segundo, considerando ser um nome criado pelo chefe do tráfico local sem o consentimento dos moradores, poderia não ser prudente utilizá-lo, o que também justificaria o aparente silêncio sobre o tema nos meses anteriores a maio de 2020.

Esta segunda hipótese pareceu plausível, ao se identificar o medo, ou desconforto, que a expressão “Complexo de Israel” gera nos entrevistados. Mesmo em conversas informais, é perceptível como algumas pessoas começam a falar mais baixo quando é mencionada, indicando a exigência de sigilo sobre o tema. O temor sobre o nome “Complexo de Israel” ficou evidente durante a conversa com um morador da Cidade Alta, de 73 anos de idade. Quando perguntado o que ele acha sobre o nome “Complexo de Israel”, e particularmente, o que este nome causa nele, o interlocutor solicitou que a conversa seguisse outro rumo: “Se você puder pular essa parte aí [da entrevista] é até bom, porque é um perigo falar isso aqui, entendeu. Muita coisa aqui a gente não pode nem... A gente não pode nem...”.

O interlocutor sequer chegou a concluir a frase, sentiu-se desconfortável e inseguro ao ser perguntando sobre o assunto. Mais do que isso, ao insinuar que determinados temas devem ser evitados, enunciou a sensação de “paranoia” descrita por Vital da Cunha (2015), em que a possibilidade de se agir fora dos códigos estabelecidos em áreas dominadas por grupos armados, impõe-se como um potencial risco a integridade dos sujeitos que vivem nestes contextos. Um segundo interlocutor, de 78 anos, também morador do bairro de Cordovil e ex-morador da Cidade Alta, foi mais enfático em sua resposta:

[Interlocutor] o que você sente sobre esse nome que deram para o Complexo?

[Entrevistado] você só faz pergunta difícil [risos]. Tanta pergunta boa. Pergunta quanto foi o jogo do Vasco, do Flamengo... [Antes de seguir com a resposta, abaixou o tom de voz] Rapaz, eu sou totalmente contra, né, cara. Porque acabou com os bairros.

Tais informações levam a conclusão de que a mídia, ao enunciar o nome “Complexo de Israel”, não apenas tornou o debate público, como também abriu possibilidade para que o termo fosse amplamente empregado fora de veículos formais de comunicação. Após a publicação da matéria do Uol, diversos outros jornais passaram a tratar do “Complexo de Israel”, tornando-se, inclusive, um tema cada vez mais frequente nas redes sociais. Assim, parece que um nome “informal”, construído a partir de um discurso ideológico do narcotráfico, ganha validade de uso público, a partir do momento que o jornalismo o emprega, tornando seu uso ostensivo.

Segue-se a construção de imagens variadas sobre o “Complexo de Israel”, que buscaram determinar quem são os ditos “traficantes evangélicos” bem como seu “povo”. De forma acrítica, a ideia de “moradores do Complexo de Israel” se difunde rapidamente, levando os leitores de periódicos a uma concepção pré-definida sobre um determinado espaço do subúrbio



carioca. Isto é, ao apresentar que as pessoas acometidas pela violência do TCP são moradores do Complexo, o periódico imprime a ideia de que estes sujeitos se identificam com o topônimo dado aos territórios dominados, tratando-se, pois, de um nome historicamente construído pelos sujeitos que nele vivem. As entrevistas realizadas, no entanto, revelam outro quadro: quando perguntados sobre o local de residência, os entrevistados respondiam os nomes dos bairros ou favelas de onde vem – em nenhum dos casos responderam ser moradores do “Complexo de Israel”.

Em conversa com um ex-morador da favela Cinco Bocas, de 33 anos, a postura negativa quanto a um suposto pertencimento a o Complexo foi veemente. Cabe destacar que embora o interlocutor não more mais no local, continua frequentando o espaço com regularidade, uma vez que sua família permanece na favela onde cresceu. Assim, quando foi perguntado, se ao se deslocar para Cinco Bocas, ele se referia ao local como “Complexo de Israel”, obtive a seguinte retórica:

[Interlocutor] é, não faz sentido pra mim. Não faz sentido pra mim essa nomenclatura, até porque eu acho que ela não tem apelo com os moradores do bairro também, né? Ela veio numa nomenclatura de cima para baixo por uma ideologia que muitas das vezes. Não. muitas vezes não. Que não é ideologia compactuada pelos moradores, né? E que muitas das vezes na história do urbanismo a gente tem muito disso, né? De moradores não se reconhecerem por projetos ou símbolos ou nomes que o poder público dá quando vai fazer uma reforma urbana, quando vai construir um prédio em determinado local. E isso também no Rio de Janeiro tá na mão dos grupos armados, dos bicheiros, enfim, dos outros donos da cidade, né? Então, tipo, quando eu vou pra Brás de Pina eu falo, eu vou pra Brás de Pina. Sabe? Ou vou pra casa. Sabe? Até, assim, Cinco Bocas, quando eu não conheço alguém, eu falo, ah, eu sou da Cinco Bocas. Mas, tipo, quando eu tô com os meus parentes, com alguém que eu conheço ou em casa, quando eu tô com o meu companheiro eu falo, vou lá pra Brás de Pina. E é isso. Sabe?

[Adiante ele complementa]

[Interlocutor] é porque não faz parte da minha identidade, esse lugar, sabe? E eu acho que tem uma construção sobre ele que não condiz com o que eu entendo como identitário pro bairro. Sabe? Não... E ele já nasce, já é um nome que nasce com estigma. Sabe? E que esse estigma acaba jogando por terra ou nivelando muito das potências que o bairro tem.

Há, portanto, um descompasso latente, entre a forma que estes espaços são representados e modo como os sujeitos que vivem nestes se identificam. A fala que prevalece, no entanto, não são a dos sujeitos que moram ou frequentam os bairros dominados pelo TCP. O discurso midiático, ao potencializar a nomeação do tráfico – como mencionado pelo entrevistado, imposta verticalmente – corrobora com o apagamento de espacialidades e identidades dissolvidas sob uma nova lógica de domínio territorial.

Outro aspecto relevante presente na fala deste último entrevistado, diz respeito a gênese da toponímia criada pelo TCP. Trata-se de um nome cuja origem está diretamente vinculada ao



conflito/dominação. É, por essência, um nome estigmatizado, atravessado pela cobertura midiática que delimita um “espaço de terror” (Gasher, 2015), incômodo mesmo para os que vivem em seus limites, por representar uma transformação abrupta do contexto socioespacial onde se inserem. Nesse sentido, o Complexo opera no sufocamento de outras possibilidades de representação dos territórios dominados.

A cobertura de eventos de confronto armado por parte dos telejornais foi recorrentemente mencionada pelos entrevistados como fator de estresse emocional. Uma campanha menos informativa e mais sensacionalista se consubstancia na violência e no medo para constituir um grande espetáculo, inflamando aquilo que o autor Marcelo Lopez de Souza (2008) denomina como “Fobópole” – uma cidade dirigida pelo medo. Não significa que a violência não seja uma característica marcante percebida pelos entrevistados a partir da territorialização do TCP, mas a forma como as disputas locais são projetadas intensificam o estado de tensão dos moradores dos bairros afetados. Sobre a cobertura midiática, o antigo morador de Cordovil, de 78 anos, comenta:

[Interlocutor] tem que ser feito [a reportagem], mas ultimamente eu estou sendo contra. É o tal do Júnior. Júnior. Do helicóptero

[Entrevistador] Ah o Mosquito Fofoqueiro.

[Interlocutor] Porque, tá tranquilo, aqui não está acontecendo nada. Se ele começar a voar por aqui, aí começa tiro. A gente não sabe se está querendo atirar neles [traficantes], ou se está atirando em alguém. Aí gente pensa tudo de ruim, né. Ou se eles estão invadindo. Será que é, matou alguém. Infelizmente a gente... Isso vem para a cabeça né.

[neste momento a entrevista foi interrompida por um terceiro que estava presente no ambiente da entrevista, ex-morador da Cidade Alta, e acrescentou]

[Terceiro] quem que falou? Foi quem meu Deus. Alguém aqui de cima. Ata, colega que mora aqui e tal. Que mora aqui em cima, aqui na Divinéia. Aí ela falou assim: “rapaz esse menino aí da tv ele ela tá botando vidas em risco”.

[Interlocutor] é isso mesmo.

[Terceiro] que as vezes ele fala umas coisas... Que as vezes... Parece que falou... Tinha um morador, carro de morador e disse que era carro roubado.

A partir do momento que o nome “Complexo de Israel” ganhou destaque na mídia, as áreas dominadas pelo TCP ganharam uma visibilidade inédita. Não somente nas entrevistas, durante conversas informais realizadas ao longo de trabalhos de campo, alguns moradores comentam como Cordovil e Brás de Pina eram bairros pouco conhecidos – um “anonimato” lembrado com nostalgia. A cobertura dos jornais, escrito e televisivo, desmontou a relativa sensação de isolamento, lançando, não apenas os territórios, mas também os sujeitos que vivem nestes espaços, para o foco dos holofotes. A repercussão foi tamanha, que extrapolou as fronteiras nacionais, ganhando espaço nas páginas do jornal britânico The Guardian, de 23 de janeiro de 2022: “Christ and cocaine: Rio’s gangs of God blend faith and violence” – em tradução livre: “Cristo e cocaína: gangues de Deus do Rio unem fé e violência”.



O “Mosquito Fofoqueiro”, mencionado na transcrição acima, é o helicóptero utilizado pela Record TV para realizar a cobertura, em tempo real, de episódios de confronto armado, roubos de carga ou de veículos. Curiosamente, na fala do morador, o “Mosquito” não parece registrar uma situação de tensão em curso, ao contrário, este parece estimulá-la. Trata-se de uma cobertura midiáticas longa e repetitiva, centralizada em um único assunto, que como relatado, gera preocupação e inquietação. Ainda mais grave, são os equívocos cometidos ao longo do programa. Se em alguns casos erram os nomes dos locais por onde estão sobrevoando, em outros, mais sérios, confundem o carro roubado, com o carro estacionado de um morador, construindo a imagem de um território genérico onde todos são suspeitos, tornando este tipo de erro “plausível”.

Ainda sobre a sensação de desconforto gerada pela cobertura agressiva dos telejornais, esta outra entrevistada, de 35 anos, moradora do bairro de Brás de Pina, indica o estresse ao qual está submetida, como uma das razões pelas quais deseja sair do bairro:

[Interlocutora] Então a vontade de mudar é por conta desse tipo de situação e também o estresse que você fica. Porque você sai de casa e fica pô, mas como é que está a situação, como é que está a região. Aí você fica vendo aquele monte de programa policial. Aí dá que dá tiro. Fala que está dando tiro, fala que tá numa operação e que tá tendo isso, que está tendo aquilo. Aí você vai gerando uma ansiedade muito grande. Não é uma coisa pontual. Ó, tá tendo tiroteio no lugar tal. Aí fica o cara falando ah, porque os caras estão fazendo isso fazendo aquilo. Aquilo vai meio que torturando a cabeça da pessoa e gerando uma ansiedade gigantesca.

Interessante observar que esta entrevistada não mora dentro dos limites estritos do Complexo de Israel. Ao contrário, mora “do outro lado da estação”, inclusive em uma área dominada pelo CV e, portanto, um território inimigo do TCP. Moradora do conjunto habitacional Guaporé, próximo à linha de trem do Ramal Gramacho, que subdivide os bairros do subúrbio da Leopoldina em dois lados bem marcados, esta interlocutora narra como a conformação dos domínios do TCP tem impactado seu cotidiano.

Para além dos efeitos emocionais, relatados anteriormente, esta interlocutora enfatiza o desmantelamento de sociabilidades, laços de família e de afeto, recondicionados por um novo contexto geopolítico urbano. Enquanto ambos os lados de Brás de Pina eram dominados pelo CV, os moradores tinham maior liberdade de circulação entre os dois lados do bairro. Com a mudança de comandos, este trânsito foi dificultado, impedindo que os moradores do lado onde a entrevistada vive, acessem pequenas centralidades locais, como a igreja Santa Cecília, a Padaria Guanabara, ao ainda a feira de Brás de Pina.

Por viver em uma área de fronteira, seu ir e vir está profundamente condicionado por duas gramáticas territoriais distintas e conflitantes, exigindo que saiba reconhecer as



simbologias e funcionamentos de ambos os espaços. Inevitavelmente, embora não seja uma pessoa ligada ao narcotráfico, a entrevistada “é do Comando Vermelho” por morar em suas áreas de domínio, operando como um condicionante social que impõe restrições sobre os espaços que pode ou não frequentar. Nas periferias e subúrbios do Rio de Janeiro, o cidadão, além de “carioca”, nasce com uma “naturalidade faccionada” inerente a sua escolha e, no entanto, suscetível a mudanças. Trata-se de um viver urbano, multiterritorial (Haesbaert, 2018), onde os espaços legal e ilegal se atravessam – quando não, confrontam – resultando em um modo único (cerceado) de circular pela cidade.

Há de se destacar, por outro lado que, ao aprender a circular dentro de um determinado território, a partir das regras impostas dentro deste, o morador reivindica uma sensação de “segurança” para si (Vital da Cunha, 2015). Não significa que esteja livre da violência, mas ao banalizar a forma como as relações de poder se estabelecem nos locais onde está inserido, especialmente em contextos de domínio armado, encontram-se caminhos para viver com relativa “tranquilidade”.

Em uma entrevista com uma moradora de 60 anos, do bairro de Parada de Lucas, numa situação semelhante à interlocutora da Guaporé – “do outro lado da estação” mais próximo do Complexo de Israel – quando perguntada sobre o desejo de se mudar do local, ela responde: “Não tenho vontade não. Minha irmã, mãe da *fulana*, moram lá no Recreio, aí me chamam para ir também. Aí vai ficar se mudando? Não adianta, poque tem bandido em toda parte. Eu gosto daqui”. Dentro de um contexto urbano em que os domínios armados e a violência parecem ter se tornado, mesmo que discursivamente, onipresentes (Souza, 2008), escolher permanecer dentro um território marcado por disputas territoriais, mas onde se compreende bem a linguagem de seu sistema sêmico (Raffestin, 1993), aparece como uma possibilidade plausível.

Mais do que conhecer o território, ser conhecido, é também um elemento fundamental para garantia de uma boa convivência no espaço. Novamente, na fala do senhor de 78 anos, morador de Cordovil, quando questionado sobre se sentir seguro no local onde vive, ele respondeu: “Rapaz, é difícil responder. É difícil responder. Porque aqui, ninguém mexe com ninguém. Essa é a vantagem, né? Ninguém mexe com ninguém. É seguro.” Não se trata, no entanto, de uma fala simples de analisar. Logo depois de dar este depoimento, o mesmo entrevistado, referindo-se as transformações decorrentes à territorialização do TCP no bairro, comenta:

[interlocutor] acabou o local. Acabou todos esses bairros aqui, acabou. [...] Eu estava falando agora que a *fulana* [esposa do entrevistado] tinha medo de parar lá em cima [na Cidade Alta]. Criada aqui e com medo, né? A *fulana* já está com o psicológico dela afetado. Ela tem medo daqui. Ela tem medo. Fim do ano, fim de ano, eles vão

para lá. Agora, talvez por ser mais tarimbado da vida, eu no caso... A gente consegue viver. Não vive bem, mas consegue viver. [...] Minhas netas, minhas netas não gostam mais daqui. Não pode ir para a rua. As coleguinhas mudaram. As coleguinhas dela, da idade dela, mudaram. Os pais mudaram.

Se por um lado o senhor se sente, relativamente, “seguro” por possuir uma passabilidade dentro de um território no qual os agentes armados o reconhecem como morador, a mesma sensação de segurança convive com sua insatisfação quanto as transformações investidas no bairro. Ainda que seja mais “tarimbado”, como mencionou, e por isso se sente menos afetado (emocionalmente), sua esposa teme o lugar onde cresceu, seus vizinhos estão se mudando, suas redes de contato estão se desfazendo. Longe de uma identidade de “morador” do Complexo de Israel, assentada pelo discurso midiático, esta nova forma de territorialização do TCP se impõe pelo sufocamento de identidades referentes aos bairros e favelas que domina, não apenas através da sua inscrição simbólica no espaço, mas a desarticulação de sociabilidades corrobora para fragmentação destes lugares.

Há ainda outras inconformidades percebidas entre os espaços representados pela mídia e os limites reconhecidos pela população dos domínios do TCP. Em mapas produzidos pelos jornais G1 e O Globo, a dimensão espacial do Complexo de Israel se limita exclusivamente às favelas de Vigário Geral, Parada de Lucas, Cidade Alta, Pica Pau e Cinco Bocas, como se o domínio do narcotráfico se encerrasse junto dos limites das comunidades (Mapa 2).

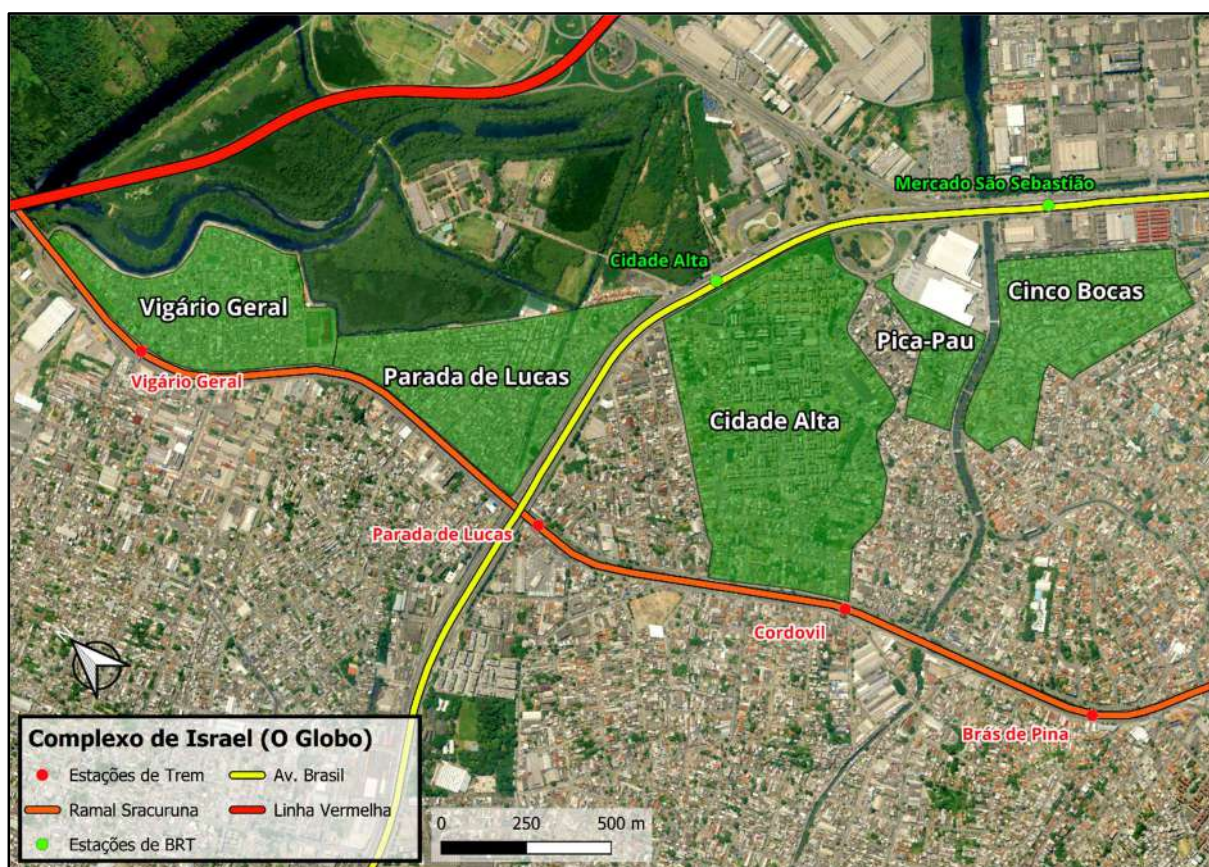
Mapa 2 – Complexo de Israel no Jornal O Globo



Fonte: NUNES, Marcos; PEIXOTO, Domingos; RIOS, Thayssa; ARAÚJO, Vera; COSTA, João Vitor; DE SOUZA, Roberta; ARAÚJO, Camila. Violência sem limites. O Globo, 13 fev. 2025.

Tal assertiva esboça um território descontínuo, como se houvesse “ilhas de ausência de poder” entre as partes do Complexo (Mapa 3). Esses “vazios” são especialmente marcantes entre áreas de Parada de Lucas e Cidade Alta, bem como entre a Cidade Alta e a Cinco Bocas. Além de reforçar o estigma social que toma as favelas cariocas como antro da atuação de narcotraficantes – reunindo a imagem de moradores e bandidos em um mesmo “personagem” – a mídia apresenta uma perspectiva limitada da realidade material dos domínios do TCP, sendo incapaz de reconhecer que as margens da fronteira do Complexo de Israel avançam para muito além das favelas, ocupando extensas áreas do “asfalto”.

Mapa 3 – Complexo de Israel (Ampliado) na Perspectiva da Globo



Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000; Sistema de coordenadas UTM 23S; Fonte de dados: Prefeitura do Rio de Janeiro (Data.Rio); Imagem de satélite: Bing; Autor: Pedro Felipe de Abreu.

Tanto nas falas dos moradores ressaltadas ao longo do trabalho, como em diferentes trechos de matérias dos jornais da Globo (ironicamente), fica evidente que a atuação do TCP nestas áreas do subúrbio carioca não está circunscrita, exclusivamente, às favelas. Na matéria, “Criminoso mistura violência e religião para dominar territórios”, do dia 25 de outubro de 2025, o jornalista escreve: “Em julho, circulou pelas redes sociais que o bandido havia determinado



a proibição de festejos juninos em três igrejas católicas localizadas no entorno do Complexo de Israel” (grifo meu).

É curioso como há uma contradição dentro do próprio texto. As igrejas afeadas nesta ocasião foram a Santa Cecília e Santa Edwiges, em Brás de Pina e a Nossa Senhora da Conceição e Justino em Parada de Lucas. Ainda que se tenha admitido a influência da territorialidade do TCP sobre estes espaços – controlando sua dinâmica de funcionamento –, foram apontados, no texto, como “entorno” do Complexo de Israel. Estes templos localizam-se justamente nas “ilhas de ausência de poder” mencionadas anteriormente – um suposto “asfalto” intocável, que a mídia se nega a reconhecer como área de domínio do tráfico.

A materialidade simbólica e objetiva que caracteriza a afirmação territorial do Complexo de Israel, por outro lado, não corresponde a forma como este território é representado. Ambas as igrejas, Santa Cecília e Sana Edwiges, estão rodeadas por pichações com as iniciais “T-C-P” e a igreja Nossa Senhora da Conceição e Justino em Parada de Lucas, apesar de não estar dentro de uma das favelas, está justamente nas imediações da favela de Parada de Lucas, próxima a estação de trem do bairro.

Seguindo a linha das contradições, na mesma matéria de jornal citada anteriormente, afirmam-se: “Em junho de 2023, uma trincheira chegou a ser montada com um fosso, dificultando e até impedindo que os carros transitassem numa rua em frente à Estação Ferroviária de Cordovil, área que é próxima do Complexo de Israel” (grifo meu). Não há uma concordância nem mesmo entre o mapa apresentado na matéria – cujos polígonos podem ser observados a partir do Mapa 3 – e o conteúdo escrito. Segundo o mapa produzida pela Globo, a área que está em frente a Estação de Cordovil não apenas está delimitada como Cidade Alta, como também, incorporaria uma área do Complexo de Israel.

No mais, algumas imagens produzidas ao longo de trabalhos de campo pelas áreas que, segundo a representação cartográfica empregada pela mídia, seriam locais não dominados, evidenciam um conflito marcante entre diferentes grupos armados, as facções e a própria polícia. Na Fotografia 1, é possível observar pichações na passarela da estação de trem de Braz de Pina, que fazem referência direta a facção que domina o local (TCP) e o nome do território (Complexo Israel).

Próximo deste ponto, no início da rua Canta – que dá acesso direto a igreja Santa Cecília – foi identificado uma dinâmica de disputa territorial inscrita através de pichações sobrepostas, primeiro por parte do narcotráfico, em seguida, por parte da polícia (Fotografia 2). Agentes do TCP, primeiramente, registraram as iniciais da facção na parede, em seguida, para tentar

desmoralizar o domínio armado do local, agentes da polícia grafaram outras letras quaisquer por cima das anteriores.

A fotografia 3, por fim, ratifica o papel da linha do trem enquanto divisor dos limites territoriais das facções dos bairros. Na avenida Arapogí, de baixo dos arcos por onde passa a linha do trem, há uma disputa explícita entre o TCP e CV pelo muro do bairro – não se trata apenas de nomes, mas de marcadores simbólicos dos limites de seus territórios.

Fotografia 1 – Pichações na Passarela da Estação de Braz de Pina



Fonte: Pedro Felipe de Abreu – imagem registrada em 1 de junho de 2025.

Fotografia 2 – Pichações na Rua Canta



Fonte: Pedro Felipe de Abreu – imagem registrada em 12 de maio de 2025.

Fotografia 3 – Pichações do CV e do TCP na Av. Arapogí



Fonte: Pedro Felipe de Abreu – imagem registrada em 20 de agosto de 2025.

É marcante como os mapas produzidos pelos jornais do grupo Globo dilataram os limites das favelas que compõem o Complexo de Israel, em especial a Cidade Alta, a Pica-Pau e a Cinco Bocas (Mapa 4). Alguns dos polígonos empregados na representação espacial não correspondem nem a forma como moradores e ex-moradores dos locais dominados reconhecem seus territórios, nem as bases cartográficas disponíveis no site da Prefeitura do Rio de Janeiro (Data Rio). Trata-se da construção de um mundo particular do universo jornalístico, mas que, diferentemente da perspectiva dos moradores locais, ganhou projeção internacional.

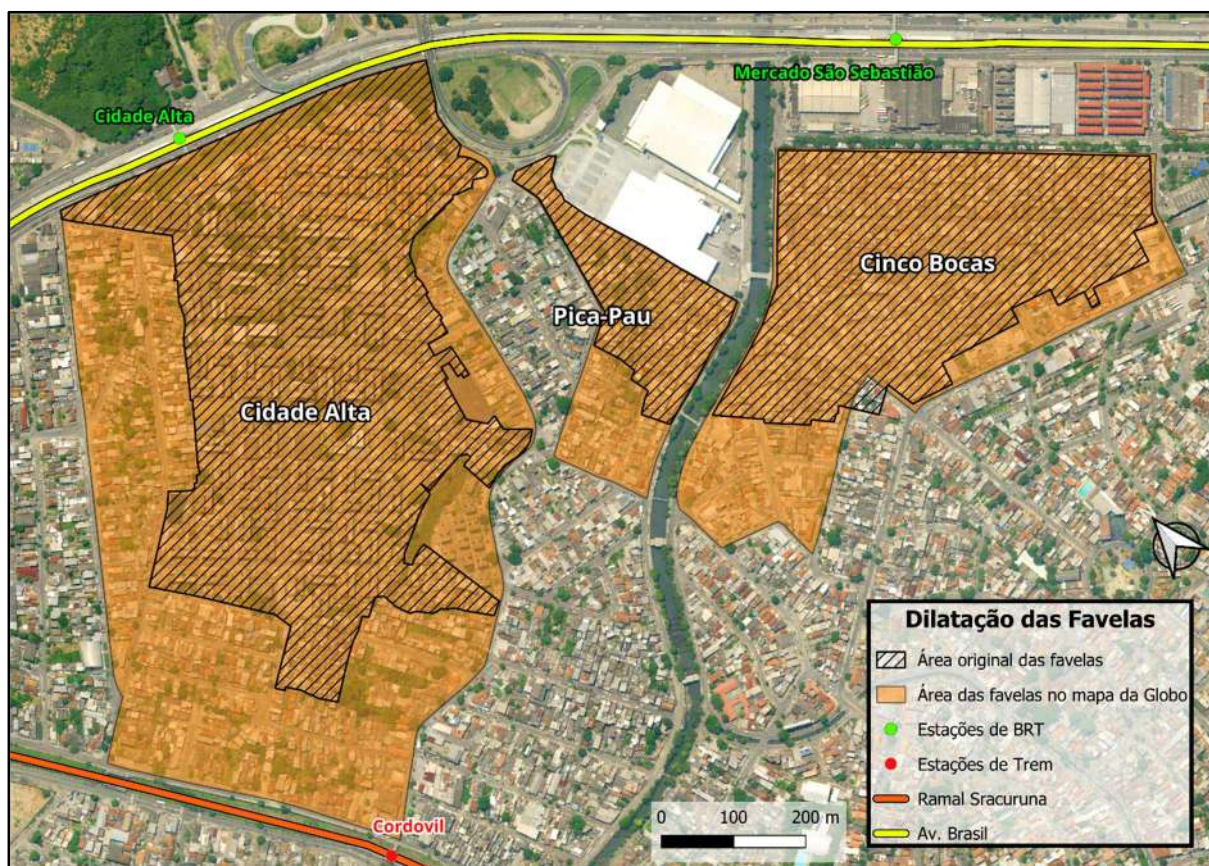
Se o Complexo de Israel, em sua totalidade, foi representado de forma descontínua e restrita, as favelas, em um movimento inverso sofreram uma expansão para além dos seus limites. O que deveria ser pensado como o espraiamento dos domínios do TCP sobre áreas de “asfalto”, foi redesenhado, como um aumento territorial das próprias favelas, que cresceram – dentro da cartografia midiática que vem se apresentando – em direção às barricadas, aos pontos onde há patrulhamento armado, ou vigília de “radinhos”. Em uma tentativa de salvaguardar espaços não favelizados da imagem do crime e da violência, intensificou-se o estigma sobre as favelas, descritas – através dos mapas – como sinônimo da presença do domínio armado e de suas materialidades.

Por fim, em um esforço de produzir uma cartografia que se aproxime mais da realidade de dominação territorial do TCP, baseando-se nos trabalhos de campo, nas entrevistas e nos dados da plataforma Data.Rio, elaborou-se o Mapa 5. Cabe ressaltar que a expansão do TCP nos bairros indicados é um fenômeno extremamente recente, revestido por tensões diversas. A toponímia, Complexo de Israel, em si, como foi apresentado, tem apenas 5 anos de história.



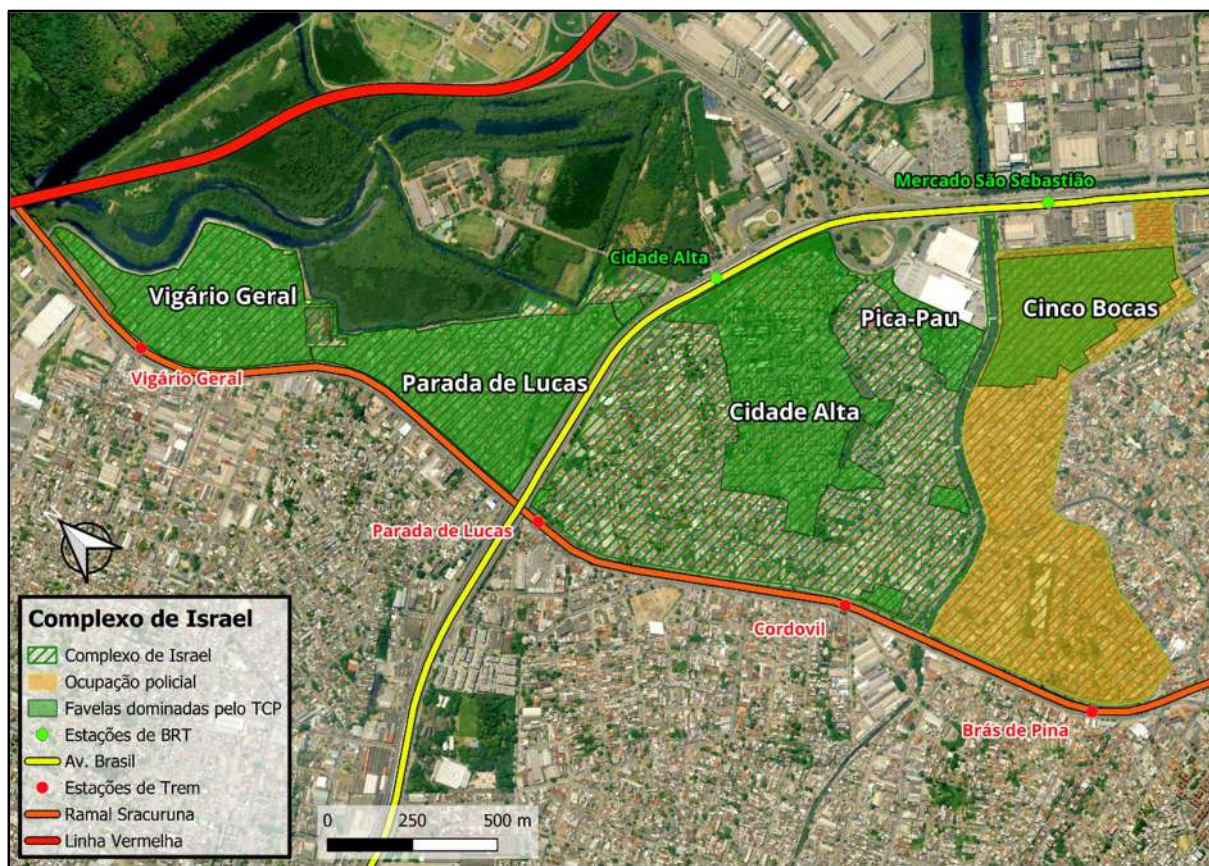
Isso significa que a proposta cartográfica elaborada, incapaz de acompanhar a intensa dinâmica que caracteriza os movimentos locais do TCP, serve como um retrato de uma fase do domínio desta facção, ao longo do ano de 2025.

Mapa 4 – Dilatação das Favelas



Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000; Sistema de coordenadas UTM 23S; Fonte de dados: Prefeitura do Rio de Janeiro (Data.Rio); Imagem de satélite: Bing; Autor: Pedro Felipe de Abreu.

Mapa 5 – Complexo do Israel na Perspectiva dos Autores



Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000; Sistema de coordenadas UTM 23S; Fonte de dados: Prefeitura do Rio de Janeiro (Data.Rio); Imagem de satélite: Bing; Autor: Pedro Felipe de Abreu

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desvelou um conflito entre perspectivas de agentes sociais diversos. Em parte, observa-se a ampla repercussão de um topônimo que ratifica a expansão territorial do TCP em quatro bairro do subúrbio carioca; em outra, é perceptível uma incoerência entre as representações espaciais dos sujeitos que vivem nos territórios dominados pelo narcotráfico e o conteúdo informativo veiculado por estes periódicos.

Neste trabalho, pretendeu-se elucidar alguns dos aspectos narrativos que configuram as disputas de poder que atravessam o Complexo de Israel. Enquanto um fenômeno urbano recente na história do Rio de Janeiro, os poucos estudos sobre o tema fazem do trabalho empírico (entrevistas, trabalho de campo, levantamento de matérias de jornal) um componente essencial da pesquisa.

Ao fim, pôde-se concluir que o chamado “Complexo de Israel” atua mais como um território ideológico, de fronteiras móveis, do que propriamente como um espaço formalmente



delimitado, reconhecido por aqueles que vivem dentro de seus limites. Neste contexto, a mídia atua como difusor da ideologia fundada pelo líder Peixão, o que opera no apagamento de toponímias locais, bem como na diluição dos territórios que compõem o complexo.

REFERÊNCIAS

BRUM, M. S. I. **Cidade Alta: história, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2011.

GASHER, M. **Geographies of the news**. In: MAINS, S.; CUPPLES, J.; LUKINBEAL, C. (Editores). **Mediated geographies and geographies of media** (pp. 127-140). Dordrecht, The Netherlands: Springer, 2015.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

LIMA, F. B. de L. L. de. **Cidade Alta Futebol de Favela: um olhar fenomenológico no processo de subjetivação da identidade de favela através do futebol**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática S.A., 1993.

SOUZA, M. L. de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

VITAL DA CUNHA, C. **Oração de traficante: uma etnografia**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2015.